

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	9
JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA	11
1. LEGISLAÇÃO NACIONAL	15
VERSÕES EM PORTUGUÊS	
1.1. Lei da Arbitragem Voluntária Lei nº 63/2011 de 14 de Dezembro	17
1.2. Lei da Arbitragem Necessária Relativa a Litígios Emergentes de Direitos de Propriedade Industrial – Medicamentos de Referência/Genéricos – Lei nº 62/2011, de 12 de Dezembro	55
1.3. Lei da Mediação – Lei nº 29/2013, de 19 de Abril	63
1.4. Portaria nº 344/2013, de 27 de Novembro	81
1.5. Portaria nº 345/2013, de 27 de Novembro	85
VERSÕES EM INGLÊS	
1.6. Voluntary Arbitration Law	97
1.7. Mediation Law – Law No. 29/2013, of April 19	131
1.8. Ministerial Order No. 344/2013, of November 27	149
1.9. Ministerial Order No. 345/2013, of November 27	153
2. TRATADOS INTERNACIONAIS	163
2.1. Convenção de Nova Iorque sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras	165
2.2. Convenção de Washington para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de Outros Estados	173

3. REGULAMENTOS	199
3.1. Regulamentos do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa	201
3.1.1. Regulamento de Arbitragem (1 de abril de 2021)	201
3.1.2. Regulamento de Arbitragem Rápida (1 de abril de 2021)	233
3.1.3. Regulamento de Arbitragem Societária (1 de abril de 2021)	243
3.1.4. Código Deontológico do Árbitro do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa	249
3.1.5. Regulamento de Mediação do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa	253
3.2. Câmara de Comércio Internacional	263
3.2.1. Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional	263
3.2.2. Regulamento de Mediação da Câmara de Comércio Internacional	311
3.3. The London Court of International Arbitration	321
3.3.1. LCIA Arbitration Rules	321
3.3.2. LCIA Mediation Rules	365
3.4. International Center for Dispute Resolution International Dispute Resolution Procedures (Including Mediation and Arbitration Rules)	373
3.4.1. International Mediation Rules	379
3.4.2. International Arbitration Rules	387
3.4.3. International Expedited Procedures	411
3.4.4. ICDR – Regulamento de Mediação Internacional	415
3.4.5. ICDR Final Offer Arbitration Supplementary Rules	423
3.5. UNCITRAL Arbitration Rules (with article 1, paragraph 4, as adopted in 2013 and article 1, paragraph 5, as adopted in 2021)	427
3.5.1. UNCITRAL Rules on Transparency in Treaty-based Investor-State Arbitration	457
3.5.2. Explanatory Note to the UNCITRAL Expedited Arbitration Rules	465

4. INSTRUMENTOS DE <i>SOFT LAW</i>	489
4.1. Código Deontológico do Árbitro da Associação Portuguesa de Arbitragem	491
4.1.1. APA – Code of Ethics	501
4.1.2. APA – Código Deontológico	511
4.2. Código de Boas Práticas para Peritos em Arbitragem	521
4.2.1. APA – Code of Best Practice for Experts in Arbitration	527
4.2.2. APA – Código de Buenas Prácticas para Expertos en Arbitraje	533
4.3. UNCITRAL Model Law On International Commercial Arbitration	539
4.4. IBA Rules of Ethics for International Arbitrators	561
4.5. IBA Guidelines on Conflicts of Interest in International Arbitration	567
4.6. IBA Rules on the Taking of Evidence in International Arbitration	591
4.7. IBA Guidelines for Drafting International Arbitration Clauses	609
4.8. IBA Guidelines on Party Representation in International Arbitration	639
4.9. Outra Documentação Relevante (Weblinks)	655
5. CLÁUSULAS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS RECOMENDADAS	657
5.1. Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa	659
5.2. Câmara do Comércio Internacional	663
5.3. The London Court of International Arbitration	671
5.4. International Centre for Dispute Resolution	673
5.5. Swiss Chambers of Commerce Association for Arbitration and Mediation	677
5.6. International Centre for Settlement of Investment Disputes – Model Clauses	679